

A importância da atualização dos planos de manejo em unidades de conservação:

Análise dos documentos oficiais de dois parques estaduais localizados na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Paola Vicentini Boni¹

Maria Helena Mesquita Pina²

Mauro Henrique Soares da Silva³

Introdução

A conservação da natureza passou a ser discutida durante os séculos XVIII e XIX, no entanto os mecanismos político, jurídico e institucional se intensificaram ao longo do século XX, mais precisamente a partir de 1930 (Pádua, 2002; 2003). Entretanto, a perspectiva brasileira com relação à natureza, ainda permaneceu com tendência inclinada para o desenvolvimentismo. Dessa forma, a natureza era vista como basilar para a evolução socioeconômica, utilizando assim a política como fomento para o desenvolvimento do Brasil (Pádua, 2002; Franco e Drummond, 2012).

Por isso, mesmo com o perceptível esforço para o desenvolvimento, e consequentemente, a criação de políticas ambientais, a maior efetivação destas se deu apenas no final do século XIX, com a criação dos códigos florestais brasileiros, seguindo a tendência da lógica global ambiental (Drummond, Franco e Oliveira 2010).

Em continuidade, ao final do século XX ocorre o segundo e mais expressivo pico de criação de unidades de conservação no Brasil, justificado pelas políticas ambientais que foram criadas no decorrer das décadas anteriores (Calandino, 2016).

Em meio a criação de todos os mecanismos de preservação e conservação do meio ambiente, em 2000 foi promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a Lei nº 9.985/2000, que entrou em vigor em 2002. A aprovação deste sistema gerou muitos embates entre diversos sujeitos⁴, no entanto, o objetivo é realizar a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; paolavicentiniboni@gmail.com

² Docente da Universidade do Porto; mpina@letras.up.pt

³ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; mauro.silva@ufms.br

⁴ Proprietários de terras, setores produtivos, ambientalistas, defensores da preservação e outros defensores da conservação, populações tradicionais.

gestão de unidades de conservação no Brasil, através da regulamentação de diversas categorias e seus objetivos de conservação.

Nesse sentido, O SNUC é considerado um instrumento jurídico, técnico e conceitual de um sistema nacional apto para assegurar a proteção de áreas dos biomas brasileiros, a partir de práticas de gestão territorial através de parâmetros para criação e manejo de áreas protegidas no Brasil, com categorias, graus de proteção, objetivos e diretrizes de cada categoria na instância da gestão ambiental (Brasil, 2000). Este sistema contempla as duas correntes de conservação em categorias de manejo de acordo com as particularidades do território brasileiro (Brasil, 2000; Calandino, 2016).

É importante salientar que entre 2003 e 2009, o Brasil criou 75% das unidades de conservação criadas em nível mundial (Jenkins, 2009). E desde 2003, o país vem cumprindo as metas de conservação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)⁵, inclusive proporcionou o aumento de 74% da área global protegida até 2009 (Brasil, 2010).

No entanto, diferente dos dados anteriores, nota-se que entre 2016 ocorreram tentativas de redução da proteção ambiental por meio de projetos de lei nos diversos níveis de gestão em relação ao SNUC que continuou entre 2019-2020, período conhecido pelas maiores taxas de desmatamento brasileira. O argumento utilizado para tal concepção é justificado pelo desenvolvimento econômico do país é atrapalhado devido às áreas de proteção ambiental (Cunha *et al.*, 2020).

No entanto, o respaldo jurídico referente ao SNUC ocorreu em 2002, a partir do Decreto nº 4.340 (22/08/2002). A partir disso, foram estabelecidas as regras para criação, moldes do plano de manejo, criação de conselhos e outros aspectos contidos no sistema (Calandino, 2016).

O SNUC deixa evidente uma divisão entre as unidades de conservação em dois grupos, o de Proteção Integral, voltado para a preservação, e o de Desenvolvimento Sustentável, voltado para a conservação.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I – Estação Ecológica; II – Reserva Biológica; III – Parque Nacional; IV – Monumento Natural; e V – Refúgio de Vida Silvestre (SNUC, 2000).

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I – Área de Proteção Ambiental; II – Área de Relevante Interesse Ecológico; III – Floresta Nacional; IV – Reserva Extrativista; V – Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

⁵ É um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, criado em 1992.

Dentre isso, encontra-se os Parques Nacionais caracterizados como UC de Proteção Integral, segundo Brasil (2000) os parques estaduais e municipais seguem a mesma legislação do SNUC. Com isso, o presente trabalho tem como área de estudo dois parques estaduais, sendo: Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS) e o Parque Estadual do Prosa (PEP) localizados na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul Brasil (Figura 1).

Assim, o objetivo do trabalho busca analisar os planos de manejo/gestão dos parques estaduais localizados na cidade de Campo Grande (MS) e verificar a importância das atualizações e adequações dos documentos.

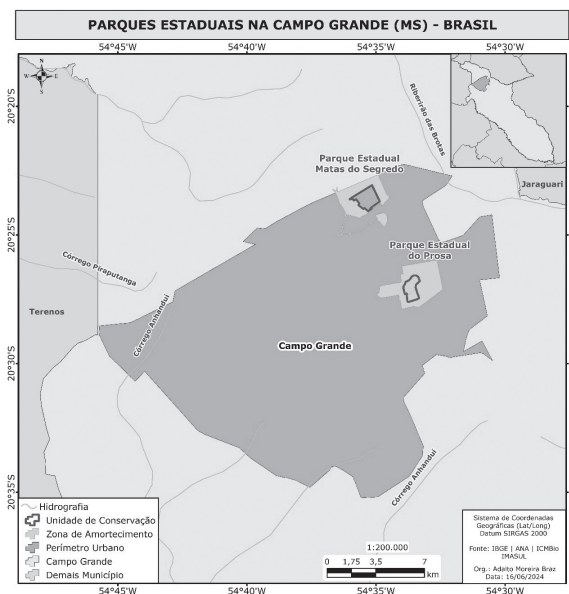


Fig. 1: Mapa de localização dos parques estaduais da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Fonte: Autores, 2024.

Metodologia

Para a execução do presente trabalho, foi realizado a análise e avaliação dos planos de manejo dos PEMS e PEP, inicialmente verificou-se a data de elaboração dos documentos, número de atualizações, localização, os aspectos físicos, a infraestrutura, os objetivos das UCs e os projetos de educação ambiental previstos no plano de manejo.

A análise dos planos de manejo partiu de uma *investigação comparativa* entre os documentos e suas respectivas atualizações⁶, com isso foi realizada entre a primeira versão *versus* a atualização. A análise se deu com a justificativa de verificar as modificações dos planos e a adequação no “Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de

⁶ No PEMS analisou-se as versões de 2009 e 2021, e no PEP as versões de 2011 e 2021.

Conservação⁷ do Estado de Mato Grosso do Sul” (Mato Grosso do Sul, 2014). A escolha do roteiro metodológico pautada no documento fornecido pelo IMASUL se deve às UCs serem estaduais e estão inseridas no contexto do estado de Mato Grosso do Sul.

A organização proposta no roteiro metodológico foi verificada e sintetizada, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Comparação entre os roteiros metodológicos propostos para formulação de plano de manejo

Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. (IBAMA, 2002)	Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso do Sul. (IMASUL, 2014)
Encarte 1 – Contextualização da Unidade de Conservação	Encarte I – Caracterização Geral da UC.
Encarte 2 – Análise Regional	Encarte II – Diagnóstico da UC.
Encarte 3 – Análise da Unidade de Conservação	Encarte III – Planejamento da UC
Encarte 4 – Planejamento	-
Encarte 5 – Projetos Específicos	-
Encarte 6 – Monitoria e Avaliação	-

Fonte: Brasil (2002); Mato Grosso do Sul (2014). Org.: Autora, 2022.

Posteriormente, foi realizado também uma análise no programa *CopySpider*⁸, um *software* antiplágio gratuito, para verificação dos índices de semelhanças entre os documentos. A análise é justificada com o objetivo de investigar a veracidade dos planos de manejo a fim de compreender se houve ou não escrita idêntica em relação aos documentos oficiais, pois mesmo tratando de uma mesma cidade que envolve ambos os parques existem diferenças entre eles.

Para isso será realizada a análise do PEP nos anos de 2011 e 2021, do PEMS nos anos de 2009 e 2021, do PEMS e PEP na primeira versão de ambos (2009 e 2011, respectivamente) e por fim, a última versão dos planos do PEMS e PEP (2021).

Resultados e Discussões

Para criar uma unidade de conservação e alcançar gestão satisfatória e direcionada ao uso público, é indispensável a criação do plano de manejo, documento técnico com objetivo de determinar diretrizes de desenvolvimento das atividades e uso dos recursos naturais

⁷ Salienta-se que existem os Roteiros Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (Brasil, 2002) e o Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais (Brasil, 2018). No entanto, tratando de um parque estadual, foi preferido usar como base de análise o roteiro criado pelo IMASUL.

⁸ O CopySpider é um *software* anti-plágio gratuito e disponível para fazer o *download* por meio do site <<https://copyspider.com.br/main/pt-br/download>>.

no exterior e no interno da área de proteção, propor zoneamento e estabelecer a forma de uso da UC (Brasil, 2000).

Dessa forma, as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo que necessitam englobar a área da UC, sua zona de amortecimento e a presença de corredores ecológicos. Além de possuir medidas que proporcionam a vida econômica e social do entorno. Para isso, o SNUC prevê que, após a criação da unidade de conservação, deve ser elaborado o plano de manejo em até cinco anos, a partir da data da sua criação (Brasil, 2000).

No caso, as duas UCs têm plano de manejo e foram avaliados, Parque Estadual das Matas do Segredo e do Parque Estadual do Prosa, elencados na Tabela 1.

Tabela 1. Campo Grande (MS): Dados dos parques estaduais

Nome da UC	Área (ha)	Decreto de criação	Possui plano de manejo?	Quando foi criado o PM?	Ocorreu atualizações? Ano.
Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS)	188	Nº 9.935 de 05/06/2000	SIM	2009	2021 ⁹
Parque Estadual do Prosa (PEP)	135	Nº 10.783 de 21/05/2002	SIM	2011	2021

Fonte: Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, 2022. Org.: Autora, 2022.

Observou-se que os parques não cumpriram o previsto no documento que gere o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estima o prazo limite de cinco anos após a sua criação. Com isso, o PEP e o PEMS receberam seus primeiros planos de manejo nove anos depois de suas respectivas datas de criação.

Mesmo com o atraso, não são previstas penalidades pelo SNUC. No entanto, cabe salientar que a importância que se dá ao documento e a sua atualização ocorre devido o plano de manejo ser o principal documento técnico para o planejamento, organização e orientação das UCs, desde o uso público, a proteção, a integração com o entorno, a delimitação da área de amortecimento e a recuperação de áreas degradadas.

O plano de manejo tem como objetivo o estabelecimento do zoneamento ambiental e assim nortear o uso dos recursos naturais que tem como base a unidade de conservação que foi delimitada por características naturais relevantes que estão em constantes modificações internas e podem sofrer com a pressão externa.

Por isso, o Brasil (2018) sugere que os planos de manejo sejam revisados e atualizados de cinco em cinco anos após sua criação. O objetivo da revisão/atualização é realizar adequações e mudanças que não atendam mais as UCs.

⁹ Segundo o plano de manejo do PEMS recebeu em março de 2018 a criação de um grupo de trabalho para a revisão com a equipe técnica multidisciplinar da GUC com outros parceiros.

Mesmo assim, o PEP teve sua primeira atualização somente dez anos após a criação da primeira edição do plano de manejo (2011-2021), e o PMS 12 anos após a criação da primeira edição (2009-2021).

Isso posto, com base no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2014), apresenta-se o Quadro 2, como síntese da análise comparativa dos planos de manejo do PEMS e PEP.

Quadro 2. Análise comparativa dos planos de manejo do Parque Estadual Matas do Segredo

Roteiro Metodológico (IMASUL, 2014)		2009	2021
ENCARTE I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UC	Introdução	Possui informações de aspectos gerais, cita o SNUC e como objetivo de criação nota-se <i>um objetivo geral que não contempla as características da UC “transforma-se em importante subsídio para a política estadual de ordenamento territorial e ambiental.”</i>	Possui informações de aspectos gerais e objetivos do parque, mas <i>não trata do SNUC.</i>
	Informes Gerais	O item encontra-se no encarte III.	O item encontra-se na sequência correta.
	Ficha Técnica	Está discriminado no sumário, no entanto <i>não encontra-se no documento.</i>	Possui ficha técnica e conta com os seguintes itens: nome da unidade de conservação, órgão gestor, endereço, telefone, superfície, perímetro, município, data de criação número de decreto, marcos importantes (limites), bioma e ecossistemas e atividades desenvolvidas.
	Localização e Acesso da UC	O item encontra-se no encarte III.	O item encontra-se na sequência correta, no encarte I.
	Histórico de Criação, Planejamento e Gestão da UC	O item encontra-se no encarte III.	O item encontra-se na sequência correta, no encarte I.
	Contextualização da UC nos Sistemas Estaduais e Federal de Unidades de Conservação	A contextualização inicia-se no contexto <i>internacional</i> com o <i>PEMS elencando o bioma Pantanal</i> , Reserva da Biosfera, associada com acordos internacionais. No contexto <u>federal</u> , há uma repetição sobre o âmbito, em primeiro momento cita o <i>SNUC de forma direta</i> (com artigos, incisos, parágrafos), <i>sem relacionar com o PEMS</i> , posteriormente relaciona o <i>parque com a bacia do rio Paraná e ao perímetro urbano</i> . No enfoque <u>regional</u> que no texto é utilizado o termo estadual, faz um <i>apanhado de todo o estado de Mato Grosso do Sul</i> com Divisão Política e Administrativa Estadual, Aspectos Fisiográficos, vegetação, uso e ocupação do solo e por fim cita a <i>criação das primeiras unidades de conservação no estado</i> . Um ponto positivo nesta versão foi a tabela que trata da situação geral de gestão e manejo das unidades de conservação.	A contextualização inicia-se no contexto <u>internacional</u> e faz uma <i>reflexão sobre a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)</i> , <u>assunto não tratado no plano anterior</u> . No contexto <u>federal</u> relaciona o SNUC com o Cerrado e o Pantanal. No enfoque <u>regional</u> , cita a <i>Política Estadual de Mudanças Climáticas</i> (MATO GROSSO DO SUL, 2014), <i>Política Estadual de Educação Ambiental</i> e <i>Política Estadual de Preservação dos Serviços Ambientais</i> (MATO GROSSO DO SUL, 2018).
	Aspectos Legais de Gestão e Manejo da UC	O item foi encontrado no plano com a expressão “Aspectos da Gestão e Manejo das Unidades Estaduais”. Logo, o <i>item é bastante abrangente</i> pois trata dos aspectos institucionais, planejamento, situação fundiária, de RPPN, Sistema Municipal de Unidades de Conservação e Corredor de Biodiversidade Cerrado-Pantanal.	O item encontra-se na sequência correta. A principal discussão envolve as <i>características da categoria e as permissões de visitas e instalações</i> . Pode-se perceber um <i>direcionamento melhor sobre o contexto do PEMS.</i>

Roteiro Metodológico (IMASUL, 2014)		2009	2021
ENCARTE II – DIAGNÓSTICO DA UC	Caracterização da Paisagem	O nome do item não está disposto no sumário e no corpo do texto. As informações semelhantes foram encontradas no item “Contextualização do entorno da unidade de conservação” que trata do uso do solo e das bacias hidrográficas do PEMS. e o perfil socioeconômico da população da região do parque com uso de gráficos. Também é citado que o plano de manejo tem como base o Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral (IBAMA, 2002).	Inicialmente faz uma análise dos aspectos físicos (geologia, geomorfologia, clima, hidrografia e de vegetação) do estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, afunila a escala para Campo Grande associando declividade, hipsometria, solos, comparação de uso e cobertura da terra em 2009 e 2019. E por fim, analisa o PEMS por meio de comparação com os mapas de 2009 do uso e cobertura da terra relacionado ao planejamento urbano e o perfil socioeconômico do entorno com informações reduzidas.
	Características Físicas	O nome do item não está disposto no sumário e no corpo do texto. As informações semelhantes encontram-se no item “Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos”, que busca elencar clima, geologia, geomorfologia, solos e qualidade da água.	O item possui um detalhamento maior da geologia, análise de solos, geomorfologia, cobertura da terra, hipsometria, declividade, índice de vegetação por diferença normalizada, monitoramento de nascentes e qualidade da água, vegetação e fauna. Alguns dados são repetições do plano anterior, sem nenhuma atualização, promovendo dificuldades para compreensão da situação atual do parque.
	Características Biológicas	O nome do item não está disposto no sumário e no corpo do texto. As informações semelhantes encontram-se no item “Caracterização dos Fatores Abióticos e Bióticos” associando além dos aspectos citados anteriormente vegetação e fauna.	O item encontra-se na sequência correta e trata da vegetação e da fauna. Salienta-se que os mapas do plano de manejo possuem baixa qualidade dificultando o entendimento da fonte e data de realização.
	Características Socioeconômicas	O item não está na sequência e encontra-se associado a análise regional no encarte II.	O item não está na sequência e encontra-se associado a caracterização do entorno no encarte II.
	Situação atual de Gestão da Unidade	O item traz como síntese um quadro que trata do nome da UC, área (ha), decreto de criação, município/bioma e bacia hidrográfica, técnico responsável e funcionários, situação fundiária, regularizado plano de manejo. Os recursos humanos eram compostos por 3 turismólogos, 3 guarda-parques e 02 agentes patrimoniais. A infraestrutura era composta por uma guarita (com sanitário e cozinha), a sede do Projeto Florestinha, composto de posto da PMA, salas de aula, banheiros, cozinha e varanda. A região não possui rede de esgoto. Não existiam placas que indicassem o acesso ao PEMS.	O item encontra-se na sequência correta. O item evidencia a presença da Gerência de Unidades de Conservação (GUC) do IMASUL. Atualmente, a mudança nos recursos humanos do parque envolve a falta de turismólogos e foi acrescentado 2 reeducando do Conselho da Comunidade. A infraestrutura é dividida entre o Projeto Florestinha e a administração do parque, que somam 01 auditório, 02 salas administrativas, 02 alojamento, 03 depósitos, 01 lavanderia, 04 banheiros para visitantes. Em 2015 foram instaladas quatro placas indicativas da localização da UC.
	Análise Integrada do Diagnóstico	O item não consta no plano de manejo.	Baseada no método de Aliança para as Medidas de Conservação que visa detectar ameaças por meio de análise, interpretação e identificação das ações futuras que foram formuladas estratégias de conservação.
ENCARTE III – PLANEJAMENTO DA UC	Missão e Visão de Futuro	O item não consta no plano de manejo.	Ambas relacionam a conservação dos recursos naturais com a sociedade citando o desenvolvimento da educação ambiental.
	Objetivos	O item não consta no plano de manejo de forma destacada. O objetivo dos parques de forma geral está no item “Definição das Categorias de Manejo, segundo o Art.º 7º do SNUC.”	Foram definidos por meio dos direcionamentos do SNUC.
	Zoneamento	O zoneamento utilizou apenas quatro unidades, sendo: zona primitiva, zona de recuperação, zona de uso especial e zona de uso intensivo. Cita a presença da zona de amortecimento.	O zonamento traz as informações faltantes no ano de 2009, como a não contemplação de todas as trilhas existentes. E ainda acrescentou as seguintes zonas: de uso extensivo, zona de uso especial. Cita a presença da zona de amortecimento.

ENCARTE III – PLANEJA- MENTO DA UC	Programas e Subprogramas de Manejo	Foram nomeados em <i>cinco programas</i> : de conhecimento; de uso público; de integração com o entorno; de manejo ambiental; e de operacionalização.	Ocorreu uma readequação que prioriza <i>cinco programas</i> : Proteção e Manejo; Pesquisa e Monitoramento; <i>Uso Público e Educação Ambiental</i> ; Integração Institucional; e Operacionalização.
	Cronograma de Execução Físico-financeiro	O item <i>não consta</i> no plano de manejo.	O planejamento do PEMS estabeleceu-se um horizonte de planejamento de 10 anos, divididos em curto prazo (1 a 3 anos), médio prazo (4 a 6 anos), longo prazo (7 a 10 anos) e periódico (durante todo o período.)
	Bibliografia	O item <i>consta</i> no plano de manejo.	O item <i>consta</i> no plano de manejo.

Fonte: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, 2009 e 2021. Org.: Autora, 2022.

É notória a diferença estrutural entre as duas versões dos planos de manejo, que pode ser justificada pela publicação do “Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul” somente em 2014 (Mato Grosso do Sul, 2014), que foi seguido integralmente na atualização conforme citado no item 7/I.

A primeira diferença está relacionada com o número de páginas que passou por redução e, conseqüentemente, ocorreu o direcionamento mais assertivo à descrição das características da categoria do SNUC em que se enquadra o PEMS. Isso é justificado devido à reorganização das informações em três encartes na versão de 2021, em detrimento aos cinco encartes da versão de 2009, justificado pela síntese com informações relevantes e mais esclarecedoras, além de serem direcionadas para o parque. De modo direto, um exemplo oportuno, refere-se à primeira versão do plano (2009), no tópico que tratava da criação da UC, continham objetivos referentes à categoria de RPPNs, sendo que a categoria correta do PEMS, é de parque estadual.

Áreas especialmente protegidas sob domínio privado, estão presentes na legislação brasileira desde 1934, mas foi a partir da edição do Decreto Federal nº. 98.914/90 (substituído depois pelo Decreto 1922/96) que criou condições à constituição das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN’s, e que tem avançado o debate sobre a contribuição “efetiva” do setor privado à conservação da biodiversidade (Mato Grosso do Sul, 2009, p.56).

Tais informações foram abordadas de forma diferenciada no plano atualizado (2021), onde ocorreu a apresentação quantitativa das variadas categorias de UCs de forma contextualizada no item “Sistema Estadual e Municipal de Unidades de Conservação”:

Compõe as unidades de conservação no Estado nas diferentes esferas: 54 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), 4 Monumentos Naturais (MONA) municipais, 2 MONAs Estaduais e 3 Parques Nacionais (PARNA), 1 Estação Ecológica

(ESEC), 14 Parques Naturais Municipais, 5 Parques Estaduais, 2 Refúgios de Vida Silvestre (RVS), 1 Reserva Biológica (REBIO), 42 Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo 2 estaduais, 1 federal e 39 municipais. Além disso, existem em MS 32 Terras Indígenas homologadas (613 mil hectares – 1,72% do território) (Cadastro Estadual de UCs, IMASUL, abril de 2021) (Mato Grosso do Sul, 2021a, p. 23).

Ainda no plano de manejo de 2021, percebe-se a contextualização dos objetivos da categoria de parques, segundo o SNUC.

Segundo ainda o que dispõe o SNUC no seu art. 11, os Parques são Unidades de Conservação de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

Nos Parques a visitação sob controle é permitida, porém, condicionada a restrições específicas relativas às atividades culturais, educativas, turísticas e recreativas. Estradas e instalações para quaisquer outros fins devem restringir-se ao mínimo indispensável, localizadas geralmente na periferia da unidade, sempre respeitando o princípio de proteção integral da área. (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 31/I).

Na versão do plano de manejo (2009) a ficha técnica está ausente, item basilar para a obtenção de informações de caráter geral sobre o parque. Além disso, na primeira versão (2009) destaca-se uma quantidade significativa de informações descontextualizadas, generalistas e até contraditórias, como o exemplo do trecho:

As áreas do PEMS e seu entorno pertencem, predominantemente, à Bacia Hidrográfica do rio Paraná e, em menor proporção, à Bacia hidrográfica do rio Paraguai onde situa-se o Pantanal Mato-Grossense. O bioma Pantanal é reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera e como Patrimônio Mundial Natural, o que confere responsabilidade na manutenção da qualidade ambiental das áreas de cabeceira dos rios que drenam a planície, como no caso do entorno do Parque Estadual Matas do Segredo (Mato Grosso do Sul, 2009, p. 21).

É clara a importância do Pantanal para o estado de Mato Grosso do Sul, no entanto o Cerrado é o único bioma onde o PEMS está sobreposto. Mesmo assim, percebe-se a discrepância nas informações entre os biomas. O trecho a seguir, representa o nível de profundidade das informações dedicadas ao Cerrado na primeira versão do plano de manejo (2009):

Embora pouco significativo em relação à área total conservada, o PEMS representa importante contribuição para a manutenção dos ecossistemas do cerrado, especialmente aqueles que abrigam as nascentes de córregos que compõem a bacia hidrográfica do rio Paraná (Mato Grosso do Sul, 2009, p. 47).

Quando observado os trechos sobre o Pantanal no atual plano de manejo (2021), é notável a mudança, sendo encontrado principalmente em trechos sobre a contextualização do estado de Mato Grosso do Sul.

O estado de Mato Grosso do Sul compreende três biomas, sendo 24,8% ocupado pelo Pantanal, 13,7% pela Mata Atlântica e 61,5% pelo Cerrado (IBGE, 2019), além de importantes ecossistemas chaquenhos e bosques chiquitanos (SILVA, et al., 2011). A Planície Inundável do Pantanal, enquanto Área de Uso Restrito, ocupa mais de 9 milhões de hectares (IMASUL, SISLA, 2018), permanecendo inundada a maior parte do ano (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 12/II).

Com isso, nota-se o foco principal da atualização do plano de manejo envolve características e explicações voltadas ao Cerrado, bioma que corresponde a área do PEMS com o tópico “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Representatividade do Bioma Cerrado” (p.15/I).

A segunda versão (2021) foi citada na Política Nacional de Turismo, criada por meio da Lei Nº 11.771/2008 (Brasil, 2008) e embasada no Programa de Turismo nos Parques (Brasil, 2006). Com isso, mesmo com uma melhor estruturação e direcionamento a respeito das atividades turísticas, considera-se que a ausência do turismólogo é uma condição negativa no plano, que pode vir desvalorizar o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na UC.

Sobre isso, ressalta-se que a Política Nacional de Turismo poderia ser citada na primeira versão do plano de manejo (2009) do PEMS, no entanto, o assunto só aparece como possibilidade de Programa do Uso Público, em apenas dois trechos:

[...] preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de *turismo ecológico* (Mato Grosso do Sul, 2009, p.238, grifo nosso).

[...] buscando uma maior relação das comunidades vizinhas com a área protegida, promovendo maior interação com as *empresas de turismo* e captando recursos para o melhor manejo da UC (Mato Grosso do Sul, 2009, 260, grifo nosso).

Sobre o tema, a concepção de turismo foi explorada de forma mais detalhada na versão atualizada do plano de manejo (2021), pois, cita a Política Estadual para o Turismo de MS instituída pela Lei n. 5.224/2018 (Mato Grosso do Sul, 2018) visando:

[...] proporcionar a prática de turismo sustentável na área naturais, promovendo a atividade como veículo de educação ambiental e incentivando a adoção de condutas e

de práticas compatíveis com a conservação do meio ambiente natural e a sustentabilidade advinda da atividade turística em MS (Mato Grosso do Sul, 2021a, 29I).

Como o turismo se estruturou no âmbito estadual e municipal, foi criado o Plano Municipal de Turismo de Campo Grande (2017-2027), que busca “[...] resgatar o valor da cultura local e a riqueza dessa biodiversidade, com destaque para avocação de turismo de observação de vida silvestre” (Mato Grosso do Sul, 2021a, 30I).

Diante disso, nota-se uma inconsistência sobre o tema do turismo mesmo maximizando seu desenvolvimento na UC, e necessitando de maior enfoque, no que se refere aos fundamentos e execução da atividade turística como alternativa de acesso ao PEMS, não contou com nenhum profissional turismólogo na segunda versão (2021) para realizar o direcionamento dessas atividades em campo.

Outro ponto crítico na comparação dos planos de manejo do PEMS diz respeito ao conselho gestor da UC instituído pelo Decreto nº 12.061/2006 (Mato Grosso do Sul, 2006), e mesmo assim não consta na primeira versão do documento (2009).

Os itens que tratam de conselho gestor ou consultivo estão citados de forma indireta e sem demonstrar a dimensão e a função do órgão. Na segunda versão do plano de manejo (2021), há um tópico direcionado para tratar do decreto e a forma em que ocorrem as tomadas de decisões por ele. Ainda assim, considera-se que o conteúdo é breve e pouco detalhado, frente à relevância do órgão para gestão da UC.

Outro avanço na versão vigente do plano de manejo do PEMS (2021), se refere à discussão do monitoramento de efetividade da gestão por meio da implantação da metodologia criada pelo ICMBio, denominada Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe), não considerado na primeira versão (2009). A metodologia analisa os atributos de conservação, as formas de uso e as ações de manejo e a partir disso foi desenvolvido o atual modelo conceitual do parque que desenvolve questões ambientais, sociais, políticas e culturais que possibilitaram a atualização do zoneamento (Mato Grosso do Sul, 2021a).

A partir do exposto, é notável que a atualização do plano de manejo do Parque Estadual Matas do Segredo se fez necessária, dada a obrigatoriedade de atualizações a cada cinco anos, mas principalmente pela aproximação com análises e orientações mais detalhadas, completas e assertivas – se comparada à primeira versão de 2009 – que são relevantes para aperfeiçoamento da conservação e uso do parque.

Contudo, ainda há incompatibilidade de informações sobre a localização do PEMS numa escala macro. Tal fato remete à interpretação de estudos rasos com pouco ou nenhum embasamento teórico e conhecimento de campo e, por conseguinte, não cumprindo o papel de ser documento técnico fundamentado em estudos que fomentem o real planejamento e gestão da UC.

Em relação ao Parque Estadual do Prosa, assim como o Parque Matas do Segredo, recebeu atualização de seu plano de manejo. Igualmente, foi realizada a análise comparativa para investigar as principais mudanças no documento vigente que direciona as atividades na UC, como sintetizado no Quadro 3.

Quadro 3. Análise comparativa dos planos de manejo do Parque Estadual do Prosa

Roteiro Metodológico (IMASUL, 2014)		2011	2021
ENCARTE I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UC	Introdução	Cita que a base para a criação do plano de manejo é o Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral criado pelo IBAMA em 2002. Cita na introdução que um dos seus objetivos é a utilização do <i>PEP para educação ambiental</i> . Não se trata do SNUC no tópico.	Possui informações de aspectos gerais e objetivos do parque, mas <i>não trata do SNUC</i> .
	Informes Gerais	O item não foi encontrado no documento.	O item encontra-se na sequência correta.
	Ficha Técnica	O item não foi encontrado no documento.	Possui ficha técnica e conta com os seguintes itens: nome da unidade de conservação, órgão gestor, endereço, telefone, superfície, perímetro, município, data de criação número de decreto, marcos importantes (limites), bioma e ecossistemas e atividades desenvolvidas.
	Localização e Acesso da UC	O item encontra-se no encarte III.	O item encontra-se na sequência correta.
	Histórico de Criação, Planejamento e Gestão da UC	O item sobre “Histórico de Criação” encontra-se no encarte III. O item “Planejamento” se refere ao encarte IV.	O item encontra-se na sequência correta.
	Contextualização da UC nos Sistemas Estaduais e Federal de Unidades de Conservação	O encarte I refere-se a contextualização e os demais itens. Percebe-se uma <i>semelhança</i> nos itens com a descrição ocorrendo no Plano de Manejo de Matas do Segredo. Também é observado a presença do sistema municipal.	A contextualização inicia-se no contexto <u>inter-nacional</u> e faz uma <i>reflexão sobre a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)</i> , <u>assunto não tratado no plano anterior</u> . No enfoque <u>federal</u> , fala-se sobre a relação do SNUC com a representatividade do Cerrado; além de associar as áreas protegidas urbanas e a <i>Política Nacional do Turismo</i> . No enfoque <u>regional</u> , cita a Política Estadual e Municipal de Unidades de Conservação e a Política Regional de Turismo citando a <i>educação ambiental</i> .
ENCARTE II – DIAGNÓSTICO DA UC	Aspectos Legais de Gestão e Manejo da UC	O item não foi encontrado em nenhum encarte. A expressão “Manejo da UC” é encontrada apenas no item “Programa de Integração com Área de Influência”.	O item encontra-se na sequência correta. A principal discussão envolve as <i>características da categoria e as permissões de visitas, instalações e legislação</i> .
	Caracterização da Paisagem	<i>Não há nenhum item destinado para a caracterização.</i>	Inicialmente faz uma análise das características de Mato Grosso do Sul (geologia, geomorfologia, clima, hidrografia e de vegetação). Posteriormente, afunila a <i>escala para Campo Grande</i> associando declividade, hipsometria, solos, clima, declividade, geologia, geomorfologia, comparação de uso e cobertura da terra em 1985 e 2019. E por fim, <i>analisa a região urbana do PEP</i> , a partir de aspectos físicos e no contexto urbano levando em consideração o perfil socioeconômico.
	Características Físicas	O nome do item é encontrado como “Aspectos ambientais na área de influência do Parque Estadual do Prosa” e “Aspectos ambientais” (<i>Encarte 3 – Análise do Parque Estadual do Prosa</i>), elencando a Geologia, Geomorfologia, Solos, Clima, Hidrografia e Vegetação.	O item possui um detalhamento maior da geologia, análise de solos, geomorfologia, cobertura da terra, clima, qualidade da água, hipsometria, declividade, índice de vegetação por diferença normalizada, monitoramento de nascentes e qualidade da água, vegetação e fauna. <i>Alguns dados são repetições do plano anterior, sem nenhuma atualização, promovendo dificuldades para compreensão da situação atual do parque.</i>

ENCARTE II – DIAGNÓSTICO DA UC	Características Biológicas	<i>O nome do item não está disposto no sumário e no corpo do texto. No Encarte 3, <i>Análise do Parque Estadual do Prosa</i>, encontra-se os aspectos ambientais e cita sobre <i>fauna</i>.</i>	O item encontra-se na sequência correta e trata da <i>vegetação e da fauna</i> . Salienta-se que os mapas do plano de manejo possuem baixa qualidade dificultando o entendimento da fonte e data de realização.
	Características Socioeconômicas	O plano de manejo trata das “ <i>Características demográficas de Campo Grande</i> .” E no sumário não há nenhum item sobre aspectos econômicos.	O item não está na sequência e encontra-se associado a caracterização do entorno no encarte II.
	Situação atual de Gestão da Unidade	O item não está disposto no plano de manejo. O único item que aparece é o termo “Gestão da Unidade” no tópico “ <i>Diretrizes, pressupostos e pré-requisitos do planejamento</i> ”.	O item encontra-se na sequência correta. O item evidencia a presença da <i>Gerência de Unidades de Conservação (GUC)</i> do IMASUL. Atualmente, a mudança nos <i>recursos humanos</i> do parque envolve a <u>falta de turismólogos</u> e foi acrescentado <u>2 reduzando do Conselho da Comunidade</u> . A <i>infraestrutura</i> é dividida entre o Projeto Florestinha e a administração do parque, que somam 01 auditorio, 02 sala administrativa, 02 alojamento, 03 depósitos, 01 lavanderia, 04 banheiro para visitantes. Em 2015 foram instaladas quatro placas indicativas da localização da UC.
	Análise Integrada do Diagnóstico	O item <i>não consta</i> no plano de manejo.	Baseada no <i>método de Aliança para as Medidas de Conservação</i> que visa detectar ameaças por meio de análise, interpretação e identificação das ações futuras que foram formuladas <i>estratégias de conservação</i> .
ENCARTE III – PLANEJAMENTO DA UC	Missão e Visão de Futuro	O item <i>não consta</i> no plano de manejo.	Ambas relacionam a <i>conservação dos recursos naturais</i> com a sociedade citando o desenvolvimento da <i>educação ambiental</i> .
	Objetivos	O item consta no plano de manejo disposto no encarte 4.	Foram definidos por meio dos direcionamentos do <i>SNUC</i> .
	Zoneamento	O zoneamento utilizou apenas <i>seis unidades</i> , sendo: zona de uso extensivo, zona primitiva, zona de conflito, zona de recuperação, zona uso intensivo, e zona de uso especial. Não cita a presença da <i>zona de amortecimento</i> no zoneamento. Está disposto no encarte 2.	O zonamento traz as <i>informações faltantes</i> no ano de 2009, como a não contemplação de todas as trilhas existentes. E ainda <i>acrescentou as seguintes zonas</i> : de uso extensivo, zona de uso especial. Cita a presença da <i>zona de amortecimento</i> .
	Programas e Subprogramas de Manejo	Foram nomeados em <i>cinco programas</i> : de meio ambiente, de conhecimento, uso público, integração com a área de influência, e de operacionalização.	Ocorreu uma readequação que prioriza <i>cinco programas</i> : Proteção e Manejo; Pesquisa e Monitoramento; <i>Uso Público e Educação Ambiental</i> ; Integração Institucional; e Operacionalização.
	Cronograma de Execução Físico-financeiro	O item <i>não consta</i> no plano de manejo. O termo cronograma é encontrado pela necessidade de planejamento.	O planejamento do PEMS estabeleceu-se um horizonte de planejamento de 10 anos, divididos em curto prazo (1 a 3 anos), médio prazo (4 a 6 anos), longo prazo (7 a 10 anos) e periódico (durante todo o período.)
	Bibliografia	O item <i>consta</i> no plano de manejo.	O item <i>consta</i> no plano de manejo.

Fonte: IMASUL, 2011 e 2021 Org.: Autora, 2022

Tratando da estrutura do plano de manejo, constatou-se que o documento construído em 2011 utilizou como base o Roteiro Metodológico de Planejamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral criado pelo IBAMA (2002). As diferenças são perceptíveis, principalmente relacionadas à composição do plano, pois na primeira versão (2011) possuía quatro encartes, na segunda versão (2021) contava com apenas três encartes, agora consoante ao Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos de Manejo (Mato Grosso do Sul, 2014).

As informações básicas foram acrescentadas na segunda versão (2021), como os informes gerais e a ficha técnica, responsáveis por fornecer informações gerais que facilitam a compreensão do acesso, localização, decreto de criação etc.

Sendo assim, a atualização do plano (2021) foi significativa e necessária, pois quando trata-se da “Contextualização da UC nos Sistemas Estaduais e Federal de Unidades de Conservação”, nesta versão ocorreu uma evolução significativa na discussão, alinhada à Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB), que busca proteger e preservar a biodiversidade. A última versão do plano de manejo (2021) também avançou em relação à aproximação do tema de UCs em áreas urbanas. Além disso, passou a englobar e mencionar as diversas políticas estaduais e municipais que envolvem temas como áreas protegidas, UC e turismo. Com isso, o plano de manejo do PEP (2021) possibilita o acompanhamento de uma ampliação das discussões voltadas às políticas ambientais em unidades de conservação, a exemplo do trecho a seguir:

A Política Estadual de Turismo e o Plano Estadual de Turismo de MS foram estabelecidos pela Lei n. 5224 de 2018, que normatizou e disciplinou a atividade no Estado. Em seus artigos 5.º, inciso VI, e artigo 6.º, inciso V, estabeleceu como objetivo “proporcionar a prática de turismo sustentável em áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação ambiental e incentivando a adoção de condutas e de práticas compatíveis com a conservação do meio ambiente natural e a sustentabilidade advinda da atividade turística em MS (Mato Grosso do Sul, 2021b, p. 28).

Todavia, uma crítica inevitável, mesmo após a atualização de 2021 do plano de manejo do PEP, refere-se à repetição de informações primordiais, em relação à primeira versão do plano de manejo (2011), presentes no item “Características Físicas” no encarte II. Os dados não foram atualizados e não refletem a conjuntura atual do PEP. Os mapas e imagens continuam com baixas resoluções, impossibilitando a visualização clara e a compreensão de detalhes. Ainda sobre o encarte II, o item “Características Socioeconômicas” não foi colocado na ordem correta, encontrando-se na Caracterização do Entorno. O correto seria o item estar no encarte III, que corresponde à “Análise da Unidade de Conservação”, segundo o roteiro metodológico (Mato Grosso do Sul, 2014).

Sobre o item “Situação atual de Gestão da Unidade” não há nenhum tópico no plano de manejo do PEP de 2011 que contemple tais informações. Somente no tópico “Diretrizes, Pressupostos e Pré-Requisitos do Planejamento”, na versão de 2021, é feita a abordagem das normas gerais onde fala-se sobre as necessidades da UC, como exemplo, “adquirir equipamentos e fortalecer a equipe de gestão da unidade (guarda-parques, auxiliar na administração)” (Mato Grosso do Sul, 2021b, p.87).

Por esse motivo, é primordial que o plano de manejo de unidades de conservação seja atualizado periodicamente, principalmente, pois, neste caso, percebe-se que alguns problemas enfrentados em 2009 continuam em 2021. Ainda, as atualizações seguem importantes devido à complementação de avanços no plano de manejo, a exemplo da discussão

acerca da criação da Gerência de Unidades de Conservação (GUC), criada em 2007, e está presente na versão de 2021¹⁰. A GUC é mencionada na atualização do plano de manejo e fortalece na criação das unidades de conservação, além de ser utilizada para conservação, gestão e implementação.

Em relação a finalização do encarte II – “Diagnóstico da UC” – foi acrescentado na atualização (2021) o tópico “Análise Integrada do Diagnóstico”, que formula estratégias para o PEP a partir dos alvos de conservação (nascente, espécie de valor especial para conservação, remanescente florestal do cerrado em áreas urbanas) associados aos alvos do bem-estar social (*valor educacional*, saúde, lazer, sentimento de pertencimento, recreação) e possíveis ameaças (verticalização do entorno, supressão vegetal, drenagem pluvial, falta de corredores para fauna e outros).

Sobre o “Planejamento da UC” distinguem-se muitos pontos do roteiro metodológico entre as duas versões, como é o caso do zoneamento ambiental. Em 2009, nota-se a presença de seis zonas: de uso intensivo, de uso extensivo, primitiva, de conflito, de recuperação e de uso especial. Em 2021, mantiveram-se as anteriores e foram acrescentadas as seguintes zonas: de diferentes interesses públicos e de ampliação de uso intensivo, além da inclusão da zona de amortecimento, importante para o processo de transição e controle de atividades socioeconômicas desenvolvidas no entorno da UC.

A versão de 2021 ainda apresentou melhorias a respeito do tópico “Programas e Subprogramas de Manejo”, onde foram elencados programas voltados à proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, uso público e *Educação Ambiental*. Neste tópico ainda foram propostos cronogramas de execução com atividades planejadas em até 10 anos (longo prazo).

É evidente que ocorreram modificações importantes e, principalmente necessárias, nas atualizações dos planos de manejo (2021 para PEMS e PEP). No entanto, ainda há lacunas que necessitam de avanço, e podem receber melhorias em futuras atualizações dos planos de manejo, sobretudo com relação ao cumprimento e obtenção informações que possibilitem a compreensão das características mais atuais e detalhadas em ambos os parques.

Constatou-se que, de maneira geral, nas primeiras versões dos planos de manejo do PEMS (2009) e PEP (2011), o direcionamento e estruturação se deram baseados no Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002), tendo como base o sumário pautado em 6 (seis) encartes. Em contrapartida, a atualização de ambos os planos de manejo em 2021, embasou-se no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação

¹⁰ Esse órgão tem como objetivo principal a criação de unidades de conservação e demais áreas protegidas, principal ferramenta de conservação *in situ* da diversidade biológica, bem como sua implementação e gestão (IMASUL, 2023).

Estaduais do Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2014), e apresentou o sumário dividido em três encartes.

Além disso, nas primeiras versões dos planos de manejo, tanto do PEMS quanto do PEP, faltavam os seguintes encartes: “5-Projetos Específicos” e “6-Monitoria e Avaliação”, além de não seguirem integralmente os subitens indicados pelo IBAMA (Brasil, 2002). Nas atualizações de 2021, ambos apresentam o item “Características Socioeconômicas”, no encarte II – Análise Regional. No entanto, segundo o roteiro metodológico é indicado a presença das características no encarte II – Análise da Unidade de Conservação (Mato Grosso do Sul, 2014).

Após a análise minuciosa foi possível notar e compreender que a atualização de ambos os planos de manejo foi satisfatória e adequada conforme o roteiro metodológico proposto pelo IMASUL. É perceptível que os planos ainda necessitam de ajustes, mas de forma geral atendem e explicam as regras, funcionalidade e objetivos dos parques estaduais.

As unidades de conservação são parques estaduais e, por isso, seguem as diretrizes de parques nacionais, conforme previsto no SNUC, além de estarem localizadas sobre o perímetro urbano de Campo Grande. No entanto, há particularidades distintas em cada parque, sobretudo quanto aos seus entornos. O PEMS, por exemplo, está localizado dentro do perímetro urbano, mas bastante próximo da transição para a zona rural do município, em uma área mais distante do centro.

Em outubro de 2022, iniciaram-se as obras de melhoria do PEMS e finalizadas em março de 2023. O parque abriga o Projeto Florestinha como objetivo de atender crianças e adolescentes carentes dos bairros próximos ao PEMS e associar a prática educativa à cidadania e à Educação Ambiental, utilizando-se, dentre outras atividades, as 14 trilhas guiadas.

Diferentemente, o PEP está localizado inteiramente no centro do perímetro urbano e desenvolve diversas atividades no seu interior, como por exemplo o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS), cantinho do Prosa com animais empalhados para visitação, receptivo da Governadoria e 10 trilhas interpretativas.

Após a comparação entre os planos de manejo, foram constatadas, ainda, informações análogas – e, por vezes, até idênticas – nos documentos, ambos em sua primeira versão. Como por exemplo, o trecho, que consta na página 24 do PEMS e página 14 do PEP.

Desta forma, o SNUC, objetiva a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável, por intermédio da valorização econômica e social da diversidade biológica, bem como a garantia da subsistência das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, valorizando sua cultura e promovendo-as social e economicamente, por meio da utilização de princípios de uso sustentável da natureza no processo de desenvolvimento (IMASUL, 2009 e 2011).

Após a análise no programa *CopySpider*, foram realizadas comparações entre os planos de manejo a fim de compreender os indicativos de plágios. Com base nisso, foi elaborada a tabela 2.

Tabela 2. Comparativo fornecido pelo Copy Spider entre os planos de manejo

Comparação entre os planos de manejo	Índice de plágio
PEMS (2009) x PEP (2011)	8,69%
PEMS (2021) x PEP (2021)	53,48%
PEMS (2009) x PEMS (2021)	7,59%
PEP (2011) x PEP (2021)	13%

Fonte: Autora, 2023

É notória, por meio da análise dos planos e dos dados fornecidos por meio do relatório do *CopySpider* a presença de plágio. O que mais chama atenção são as novas versões de ambos os parques, somando mais de 53% de textos semelhantes, além da bibliografia. Demonstrando, assim, uma generalização entre os dois parques, com aspectos físicos semelhantes. Mas, não se pode justificar a falta de individualização entre os documentos.

Alguns itens previstos no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso do Sul” (Mato Grosso do Sul, 2014) não foram encontrados nos planos de 2009 e 2011 de ambos os parques analisados, como: Informes Gerais; Ficha Técnica; Análise Integrada do Diagnóstico; Missão e Visão de Futuro; e Cronograma de Execução Físico-Financeiro. Uma justificativa que pode ser apontada pela falta dos dados refere-se a falta do roteiro metodológico proposto pelo IMASUL.

Outro aspecto, considerado como avanço nas atualizações de ambos os planos de manejo (2021), foi a elaboração das estratégias voltadas para o desenvolvimento da preservação das unidades de conservação. Sendo assim, foi considerado o principal marco no processo de atualização de ambos os planos de manejo, promovendo a criação de cinco estratégias de planejamento e gestão mais adequados aos parques estaduais, adotando como alvo de conservação: as espécies de valor especial de conservação; remanescente do bioma Cerrado em área urbana; e as nascentes do Córrego Segredo e do Prosa (Figura 8).

É evidente a importância e a necessidade que havia na criação das estratégias, traçando metas claras a serem cumpridas em ambas UCs. Todavia, alerta-se para a insuficiência no tratamento da individualidade observada na atualização dos planos de manejo, sendo significativamente similares as estratégias para os dois parques estaduais, pois, como mencionado anteriormente, as UCs possuem características, atividades desenvolvidas e localização distintas. Então, a sugestão é que o GUC juntamente com o IMASUL,

atentarem-se e programarem-se para adequações que atendam as individualidades de cada UC mencionada.

A atualização do plano de manejo não deve acontecer meramente como meio de cumprimento da legislação, ou um documento visto como meta burocrática. Para isso, recomenda-se, para que as próximas versões dos planos de manejo a atualização dos dados, figuras, mapas, caracterização da paisagem (física, biológica e socioeconômica) e das estratégias, consoantes ao momento oportuno dos novos documentos.

Como é reconhecido no Art. 2º, Inciso XVII do SNUC, o plano de manejo é considerado um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade” (Brasil, 2000).

Com isso, informações e mudanças relevantes devem constar no documento para fins de pesquisa, atividades de uso, compreensão da evolução da paisagem e dos aspectos geográficos, que possibilitam a efetivação do zoneamento e uma possível readequação do planejamento.

Considerações Finais

Após análise dos documentos e relatórios foi possível compreender que a atualização dos planos de manejo do Parque Estadual Matas do Segredo e Parque Estadual do Prosa foi considerada satisfatória e adequada conforme o previsto no roteiro metodológico proposto pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Ainda salienta-se que a atualização foi analisada de forma satisfatória em comparação a primeira versão dos planos de manejo. No entanto, é fundamental acompanhar as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, por isso, a revisão dos documentos deve acontecer de forma constante com o objetivo de resolver e sanar problemas de diferentes vertentes, não apenas obedecendo os prazos da legislação.

Existe ainda a necessidade de alguns ajustes envolvendo principalmente a individualidade de cada unidade de conservação, fato importante no contexto de uma análise profunda e complexa. Assim, aponta-se a demanda da atualização dos planos de manejo dos parques a cada cinco anos, conforme sugerido pelo Ministério de Meio Ambiente.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Lei n.º 9985. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Decreto no 5.758. Institui o Plano Nacional Estratégico de Área Protegidas. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília, 2010. 295p.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Roteiro Metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-contenudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf Acesso em: 30 jan. 2021.
- CALADINO, D. Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileira. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília – DF.
- CUNHA, I. L. D.; REIS, M. G.; FIEKER, C. Z.; DIAS, M. M. Brasília tapaculo (*Scytalopus novacapitalis*) seasonality and site occupancy in altitudinal riparian environments after non-natural burnings and feral pig invasion in Serra da Canastra National Park, Brazil. *Brazilian Journ of Biology*, São Carlos, 2020.
- DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.). *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Editora Câmara, 2010.
- FRANCO, J. L.; DRUMMOND, J. A. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 333-366.
- JENKINS, C. N.; JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial protected area system. *Biological Conservation*, 2009, p. 2166-2174.
- MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 5.757. Criação do Parque Estadual do Prosa. 2002. Campo Grande, 2002. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO5756_21_05_2002. Acesso em: 07 fev. 2023.
- MATO GROSSO DO SUL. Decreto n.º 11.550. Institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual Matas do Segredo. Campo Grande, 2004. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/1b758e65922af3e904256b220050342a/87eb2f598d7e384004256e3c00572b28?OpenDocument&Highlight=2,11.550> Acesso em: 25 out. 2023.
- MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso Do Sul – IMASUL. Roteiro Metodológico para Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais de Mato Grosso do Sul. Org. LONGO, J.M.; TORRECILHA, S. Campo Grande, 2014. Disponível em: https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Roteiro-Metodologico-para-elab-Pl-Manejo_IMASUL.pdf Acesso em: 22 jan. 2023.

- MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Plano de manejo – Parque Estadual Matas do Segredo. Campo Grande: Gerência de Unidades de Conservação do Imasul, 2021a. Disponível em: <<https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-de-Manejo-PEMS.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL. Plano de manejo – Parque Estadual do Prosa. Campo Grande, 2021b. Disponível em: <<https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/ENCARTE-3-PEP-FINAL.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Zahar, 2002.